



JUCESP PROTOCOLO
0.710.255/12-3



JUCESP
10 07 12

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIAS ADICIONAIS FIDEJUSSÓRIA E REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.**, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.510, conj. 192, sala 23, CEP: 04547-005, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.284.210/0001-75, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.376.391, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada em conformidade com o disposto em seu estatuto social, por seus representantes legais ao final assinados ("Agente Fiduciário"); e

na qualidade de fiadora,

(c) **GALVÃO ENGENHARIA S.A.**, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.510, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.340.937/0001-79, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE: 35.300.180.712, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Garantidora"),

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Fidejussória e Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Galvão Participações S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 1.

JUCESP
18 07 12

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 10 de julho de 2012 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").
- 1.2. A outorga das garantias fidejussória e real que garantem a presente Emissão, foi autorizada pela Reunião do Conselho de Administração da Garantidora, realizada em 10 de julho de 2012 ("RCA da Garantidora").

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBID").

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da AGE

As atas da AGE e RCA da Garantidora que deliberaram respectivamente a Emissão e outorga das garantias fidejussória e real serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e serão publicadas no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) Jornal O Dia.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, bem como na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário em até 05



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 2.

JUCESP
18 07 12

(cinco) dias contados do registro, 1 (uma) via original da Escritura de Emissão registrada na JUCESP.

2.4. Registro para Colocação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

2.5. Registro da Garantia Fidejussória

2.5.1. A presente Escritura de Emissão em função da garantia fidejussória prestada, será registrada nos cartórios de títulos e documentos das sedes das partes, conforme mencionado no item 4.19.8 desta Escritura de Emissão, na forma prevista na Lei de Registros Públicos, de n.º 6.015/73.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

Nos termos do artigo 3º do seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social a participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou quotista.

3.2. Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total das Debêntures, na Data de Emissão, conforme definida abaixo, será de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("Valor Nominal Total"). O Valor Nominal Unitário,



ey 2 3

JUL 30
10 07 12

conforme definido abaixo, será acrescido da Remuneração, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, e dos demais encargos devidos de acordo com as condições das Debêntures.

3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.

3.5. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados à liquidação da totalidade das notas promissórias em circulação, emitidas pela Emissora em 22 de junho de 2012, no âmbito de sua 2ª emissão de notas promissórias comerciais.

3.6. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 2ª (segunda) emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e o agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., localizado na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 (respectivamente "Banco Mandatário" e "Agente Escriturador").

3.8. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.9. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 2.4.2 acima, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido) e demais encargos devidos e não pagos até a data de resgate, calculada *pro rata*



Handwritten signatures and the number 4.

JUL 29
18 07 12

temporis desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, sendo que, nesta hipótese, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), bem como do BB-Banco de Investimento S.A. ("BB-BI") e do HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC") (sendo o BB-BI e o HSBC juntamente com o Coordenador Líder doravante designados "Coordenadores"), conforme contrato de coordenação, colocação e distribuição das Debêntures ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados"), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 22 de junho de 2012 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O Valor Nominal Unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures terão forma nominativa, escritural e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 5.

JUE 29

10 07 10

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente-Escriturador. Adicionalmente, será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão até a data da efetiva integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato de subscrição, por meio dos procedimentos do SDT.

4.7. Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 72 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 22 de junho de 2018 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures.

4.8. Amortização do Principal

As Debêntures serão amortizadas, conforme indicado na tabela abaixo (cada data de pagamento de principal, "Data de Pagamento de Principal"):

Datas e Porcentagens de Pagamento de Principal*
22 de dezembro de 2014 – 20,0000%
22 de dezembro de 2015 – 20,0000%
22 de dezembro de 2016 – 20,0000%
22 de dezembro de 2017 – 20,0000%
22 de junho de 2018 – 20,0000%

* Os percentuais de amortização incidirão sobre o Valor Nominal Unitário de Emissão.



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 6.

JUCESP
10 07 12

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia – DI, over extra-grupo denominada "Taxa DI Over", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de um spread ou sobre taxa de 3,05% (três inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo ("Juros"). O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.9.2. Define-se período de capitalização ("Período de Capitalização") como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de Juros correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a data de Vencimento. Os Juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos trimestralmente, conforme tabela abaixo ("Datas de Pagamento da Remuneração"):

Datas de Pagamento da Remuneração	
22 de setembro de 2012	22 de setembro de 2015
22 de dezembro de 2012	22 de dezembro de 2015
22 de março de 2013	22 de março de 2016
22 de junho de 2013	22 de junho de 2016
22 de setembro de 2013	22 de setembro de 2016
22 de dezembro de 2013	22 de dezembro de 2016
22 de março de 2014	22 de março de 2017
22 de junho de 2014	22 de junho de 2017
22 de setembro de 2014	22 de setembro de 2017
22 de dezembro de 2014	22 de dezembro de 2017
22 de março de 2015	22 de março de 2018



Handwritten signatures and initials.

JUCESP
18 07 12

22 de junho de 2015

22 de junho de 2018

O cálculo dos Juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

FatorDI = Produtório das Taxas DI Over da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, conforme a seguinte fórmula;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + TDI_k]$$

onde:

k = número de ordem das Taxas DI Over, variando de 1 (um) até "n_{DI}";

n_{DI} = Número total de Taxas DI Over, consideradas da apuração do "FatorDI", sendo "n_{DI}" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 8.

JUESP
18 07 19

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread= Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme a fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = 3,0500;

DP = É o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

Handwritten signatures and initials.

JUL 29
10 07 12

O produto [$FatorDI \times FatorSpread$], deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta cláusula, será utilizada, em sua substituição, para apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelo Debenturista, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos e/ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para deliberação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser proposto pela Emissora (no modo e nos termos previstos na Cláusula Sétima abaixo). Até a deliberação desse parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, as fórmulas acima definidas, sendo que para a apuração de TDI_k será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Até a data do efetivo resgate serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, as fórmulas acima definidas, sendo que para a apuração de TDI_k será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

4.10. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.11. Aditamento à presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo



Handwritten signatures and the number 10.

JUCESP

10 07 12

Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCESP e registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes.

4.12. Resgate Antecipado e Amortização Extraordinária Facultativa

4.12.1. A Emissora poderá, a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado total ou parcial, ou ainda a amortização extraordinária, a seu exclusivo critério, das Debêntures nos termos da legislação aplicável, de acordo com o seguinte procedimento ("Resgate Antecipado" e "Amortização Parcial Facultativa", respectivamente):

- (i) notificação enviada pela Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, ao Agente Fiduciário e aos titulares de Debêntures, contendo a data e o procedimento de Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa, conforme o caso, incluindo: (a) informação do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa, conforme o caso, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura; (b) a data para o Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial Facultativa das Debêntures, conforme o caso, e para o efetivo pagamento aos Debenturistas; (c) as Condições do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa (conforme abaixo definido); e (d) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas;
- (ii) o Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial Facultativa será feito por meio do pagamento do (a) Valor Nominal Unitário ou do saldo devedor à época, caso seja Resgate Antecipado; (b) ou do efetivo valor a ser amortizado pela Emissora, no caso da Amortização Parcial Facultativa, observado os termos e limites definidos no item (iii) abaixo, em ambos os casos serão acrescidos da Remuneração devida desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa, e, se for o caso, de Prêmio de Resgate Antecipado e Amortização Parcial Facultativa descrito no item 4.12.1.1. abaixo ("Condições do Resgate ou da Amortização").
- (iii) A Amortização Parcial Facultativa deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em circulação e limitar-se a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário. Caso as debêntures estejam custodiadas eletronicamente no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP.

4.12.1.1. Observado o disposto no item 4.12.1.3 abaixo, a Emissora pagará um prêmio de Resgate Antecipado ou de Amortização Parcial Facultativa para as Debêntures ("Prêmio de Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativa") incidente sobre: (i) o efetivo valor do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa, acrescido da (ii) Remuneração devida



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 11.

JUL 13
18 07 12

desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa, calculado *pro rata temporis* e (iii) dos encargos moratórios, se houver, conforme tabela abaixo:

Período (a partir da Data de Emissão)	Prêmio de Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativa
Até 12º mês	1,80%
Do 13º ao 24º mês	1,60%
Do 25º ao 36º mês	1,45%
Do 37º ao 48º mês	0,95%
Do 49º ao 60º mês	0,50%
Do 61º ao 72º mês	0,35%

4.12.1.3. Os valores relativos ao Prêmio de Resgate Antecipado e Amortização Parcial Facultativa serão devidos aos respectivos Debenturistas, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa, conforme o caso.

4.12.2. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

4.12.3. A CETIP deverá ser comunicada da realização de Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização, através de correspondência encaminhada pela Emissora com de acordo do Agente Fiduciário.

4.12.4 O Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP, por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, válido para o Resgate Antecipado facultativo parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar o Resgate Antecipado parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.



Handwritten signatures and initials, including the number 12.

JUCESP
18 07 12

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 a 4.13.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Debêntures ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses:

- (i) pedido de falência, independentemente de sua concessão pelo juiz competente, ou ainda pedido de recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, da Emissora, da Garantidora, de suas controladas e/ou coligadas;
- (ii) decretação de falência ou pedido de autofalência, independentemente de sua concessão pelo juiz competente, da Emissora, da Garantidora, de suas controladas e/ou coligadas;
- (iii) não pagamento de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas, na data de seu vencimento, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial;
- (iv) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente da Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias contados da data do respectivo descumprimento;
- (v) protestos legítimos de títulos contra a Emissora e/ou a Garantidora e/ou suas controladoras, controladas e/ou coligadas cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis de sua ocorrência;
- (vi) não pagamento na data de vencimento original ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, da Garantidora, e/ou de suas controladas e/ou coligadas, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);



Handwritten signatures and initials.

JUCESP

10 07 12

- (vii) descumprimento de qualquer decisão administrativa ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou Garantidora, em valor agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, desde que não seja uma obrigação de fazer;
- (viii) redução de capital social da Emissora e/ou alteração do Estatuto Social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora;
- (ix) pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas na Emissão;
- (x) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) se a garantia das Debêntures: (a) for objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros; (b) não for devidamente constituída; (c) for anulada; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida;
- (xii) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (a) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (b) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, bem como se houver incorporações, cisões, fusões ou reorganizações societárias envolvendo a Emissora, incluindo eventual realização de oferta pública inicial de ações da Emissora ou distribuição indireta de valores mobiliários de emissão da Emissora, de suas controladas e/ou coligadas que resultem em alteração do controle societário efetivo da Emissora, exceto se houver prévia anuência dos Debenturistas;
- (xiii) caso as declarações feitas pela Emissora e/ou pela Garantidora nos documentos da Emissão sejam falsas ou enganosas, ou ainda, de modo relevante, sejam incorretas ou inconsistentes ou incompletas;
- (xiv) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida no item 3.5. acima;



Handwritten signatures and the number 14.

JUCEP
10 07 12

- (xv) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades da Emissora e da Garantidora;
- (xvi) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora e/ou da Garantidora;
- (xvii) não observância pela Garantidora de índice entre Dívida Líquida da Garantidora e EBITDA da Garantidora menor ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) vezes, calculado com base nas informações financeiras consolidadas da Garantidora, ao final de cada semestre, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures. Para os fins deste item, considera-se (a) "Dívida Líquida" como a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Garantidora que venha a ser criada, excluída a rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Garantidora; e (b) "EBITDA" como o lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas mais recentes demonstrações financeiras da Garantidora, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis;
- (xviii) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora ou da Garantidora; e
- (xix) ausência de reforço ou substituição da garantia representada pelos Contratos (conforme definido no item 4.20.1. abaixo), por parte da Garantidora, que deverá submeter à aprovação dos Debenturistas o reforço ou substituição da garantia no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário, a qual deverá ser formalizada em até 15 (quinze) dias úteis contados da respectiva aprovação.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos incisos (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (ix), (x), (xi), (xii), (xiv), (xv), (xvi), (xviii) e (xix) do item 4.13.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.



Handwritten signatures and initials.

JUCESP
18 07 12

4.13.2.1. Na ocorrência dos eventos previstos nos demais incisos do item 4.13.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar edital de convocação de Assembleia de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas ou pela Emissora, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal.

4.13.3. A não instalação das referidas Assembleias de Debenturistas por falta de quorum, será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

4.13.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação que tiveram seu vencimento antecipado declarado, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, considerando que todas as Debêntures serão pagas em uma única data, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14 abaixo.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados da Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, adicionalmente sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, estes calculados *pro rata temporis*.

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14, supra, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela



Handwritten signature and the number 16.

JUL 18 07 12

Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.16. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Agente Escriurador.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal O Dia. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

4.19. Fiança

4.19.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta, nesta Escritura de Emissão, fiança em favor dos titulares de Debêntures, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, conforme descritos a seguir.

4.19.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das



Handwritten signatures and the number 17.

JUESP
18 07 12

demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, até o integral cumprimento das obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão.

4.19.3. O valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão serão pagos pela Garantidora no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de recebimento de comunicação por escrito enviada à Garantidora pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures. Tal notificação só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures (i) após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão, respeitados eventuais períodos de cura e/ou (ii) quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão para pagamentos pela Emissora.

4.19.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.19.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos titulares de Debêntures caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança.

4.19.6. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

4.19.7. A presente fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações garantidas.

4.19.8. Em virtude da fiança prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura desta Escritura de Emissão. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.



Handwritten signatures and initials, including a large 'X' and the number '18'.

JUL 18 07 12

4.20. Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Garantidora

4.20.1. Adicionalmente à Fiança, como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora cedeu fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, direitos creditórios a que faz jus em decorrência dos seguintes contratos ("Contratos"): (i) o Contrato nº 0800.0060661.10.2 celebrado entre a Garantidora e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, cujo saldo, na data de 29 de junho de 2012, totalizava o valor de R\$ 375.171.785,73 (trezentos e setenta e cinco milhões, cento e setenta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e setenta e três centavos); e (ii) o Contrato nº 0800.0062504.10.2 celebrado entre a Garantidora e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, cujo saldo, na data de 3 de julho de 2012, totalizava o valor de R\$ 1.006.956.634,32 (um bilhão, seis milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos), na proporção de, no mínimo, 150% (cento e cinquenta por cento) de tais obrigações, sendo que os pagamentos referentes a tais direitos creditórios deverão ser realizados em conta vinculada mantida no Banco Bradesco S.A., observado que, na hipótese dos Contratos não perfazerem o saldo em aberto das Debêntures, a Emissora se comprometerá a substituir os referidos Contratos por outro(s) de características semelhantes e/ou ceder fiduciariamente direitos creditórios de contratos adicionais, previamente aceito(s) pelos Debenturistas, respeitando sempre o saldo em aberto das Debêntures.

4.20.2. Os direitos creditórios decorrentes dos Contratos, descritos no item 4.20.1 acima, são objeto de cessão fiduciária em garantia do adimplemento das obrigações referentes à 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos ("Debêntures da 1ª Emissão"), sendo objeto de garantia compartilhada entre os titulares das Debêntures da 1ª Emissão e os Debenturistas.

4.20.3. A substituição dos Contratos deverá ocorrer com antecedência de 3 (três) meses do seu vencimento, caso a data de vencimento do(s) Contrato(s) não seja superior à Data de Vencimentos das Debêntures.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) em até 90 dias da data do encerramento de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo exercício social então



Handwritten signatures and the number 19.

JUL 19

10 07 12

encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (ii) declaração de Diretor Corporativo da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão, em especial do item (xvii) da Cláusula 4.13.1 desta Escritura de Emissão; (iii) valor atualizado do patrimônio da Garantidora com data base em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior;

- (ii) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (iii) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18 acima;
- (iv) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de Assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (v) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento;
- (vi) em até 5 (cinco) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora, pela Garantidora e/ou suas controladas que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora e/ou da Garantidora, ou ainda ao cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;
- (vii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; e



20

JUL 19
10 07 12

- (viii) informar e enviar o organograma societário, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (b) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (c) sempre que houver e, enquanto permanecer em descumprimento com qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio além do mínimo obrigatório definido pela Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização por escrito dos Debenturistas;
- (d) fornecer aos Coordenadores, em tempo hábil, todas as informações razoáveis, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Oferta Restrita das Debêntures. A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e os Coordenadores por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;
- (e) prestar informações, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora ou à Garantidora, de valor individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (f) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes

JUL 13
18 07 12

da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- (g) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (h) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13 desta Escritura de Emissão;
- (i) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (j) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (k) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (l) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (m) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (n) comparecer as Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;

JUESP
18 07 12

- (o) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (p) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (q) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (r) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (s) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (t) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (u) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (v) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;



Handwritten signatures and the number 23.

JUCESP
10 07 12

- (w) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder;
- (x) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (y) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (z) fornecer ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, para fins de verificação do disposto no item 4.13.1 (xvii) acima, relatório consolidado da memória de cálculo do índice entre dívida líquida da Garantidora e EBITDA apurado e revisado, conforme o caso, pelos auditores independentes, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tal índice financeiro, acompanhada de declaração da Garantidora, assinados pelos seus respectivos diretores estatutários, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do 1º (primeiro) semestre de cada ano, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora, à Garantidora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;;
- (aa) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (bb) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (cc) manter os documentos mencionados na alínea (v) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (t) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;



Handwritten signature and the number 24.

JUL 09
10 07 12

- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) despesas razoáveis de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário.; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the right and several smaller ones on the left.

JUL 13 18 07 12

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (k) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (l) verificou, com base nas informações dispostas no item 3.5 acima, a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) os representantes legais do Agente Fiduciário que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as

JUN 29
18 07 12

obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor, conforme disposições do respectivo Estatuto Social; e

- (n) exerce a função de agente fiduciário em relação à 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Emissora, com vencimento em 25 de maio de 2016, em que foram emitidas 300 (trezentas) Debêntures na data de emissão, no valor total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização, nos termos da escritura de emissão. Até a presente data não foram verificados quaisquer eventos de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Referidas debêntures são da espécie quirografária e foram emitidas com garantia fidejussória prestada pela Garantidora.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a assinatura da presente Escritura, e as demais parcelas seguintes na mesma data dos anos subsequentes;
- (b) as remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (c) o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de cinco dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades, caso em que a Emissora deverá realizar o pagamento em até cinco dias do recebimento da cobrança;



27

JUL 29

10 07 12

- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo;
- (e) os impostos vigentes à época do pagamento que incidirem sobre a remuneração do Agente Fiduciário, tais como ISS, PIS, COFINS e CSLL, serão acrescidos a remuneração proposta, de forma que esta seja paga líquida de impostos, excetuando-se o IRRF, nas alíquotas vigentes na data de cada pagamento;
- (f) as parcelas da remuneração referenciadas no item "a" acima serão atualizadas, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão, ou na falta deste, ou ainda, na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (g) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário;
- (h) fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição à Emissora;
- (i) caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário;
- (j) a remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora; e
- (k) a remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, viagens e



28

JUCESP
18 07 12

estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada e previamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;

JUESP

18 07 12

- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
 - vii. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
 - viii. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - ix. pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como resgate, amortizações, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

JUCESP

18 07 12

- x. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
 - xi. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - 1. denominação da companhia ofertante;
 - 2. valor da emissão;
 - 3. quantidade de debêntures emitidas;
 - 4. espécie;
 - 5. prazo de vencimentos das debêntures;
 - 6. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - 7. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k)(xi) acima aos titulares de Debêntures dentro dos quatro meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
 - ii. na sede do Agente Fiduciário;
 - iii. na CVM;
 - iv. na CETIP;
 - v. no escritório dos Coordenadores; e
 - vi. em sua página na rede mundial de computadores.

JUL 29
10 07 12

- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.18 acima, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações, sendo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) notificar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (r) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, flutuantes e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (s) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (t) disponibilizar aos Debenturistas e à Emissora, diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, através do site www.pentagonotrustee.com.br;



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number "32".

JUCESP

18 07 12

- (u) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão;
- (v) examinar eventuais propostas de substituição de bens dados em garantia; e
- (w) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas às condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) executar as garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.13 acima por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Na hipótese da alínea (e), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do



Handwritten signatures and initials.

UNESP

10 07 12

término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.11.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

6.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos

JUCESP

18 07 12

Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto, aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.9. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

6.10. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 35.

JUCESP
18 07 12

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na Data de Vencimento; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) nas hipóteses de vencimento antecipado (item 4.13), deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 36.

JUCESP

10 07 12

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

8.1. A Emissora e a Garantidora, quando aplicável, neste ato declaram que:

- (a) a Emissora e a Garantidora são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) esta Escritura de Emissão e a garantia, bem como os demais documentos da Oferta Restrita de que é parte e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora e da Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a emissão, a colocação das Debêntures e a garantia não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou a Garantidora sejam partes ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença



Handwritten signatures and the number 37.

JUE 30
18 07 13

administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (f) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora ou a Garantidora estejam discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora e a Garantidora estão cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora e da Garantidora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (i) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.5 desta Escritura de Emissão;
- (j) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (l) esta Escritura de Emissão e a Fiança, prevista no item 4.19, constituem obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora e da Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (m) a Emissora e a Garantidora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 38.

JUL 13 18 07 13

- (n) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora e/ou da Garantidora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, bem como pelo registro da Emissão na CETIP.

8.1.1. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula Oitava da Escritura de Emissão.

8.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 8.1.1 acima, a Emissora obriga-se a notificar o Agente Fiduciário, na mesma data da ocorrência, caso quaisquer das declarações ora prestadas tornem-se inverídicas ou incorretas a partir da data em que foram prestadas.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.510, conj. 192, sala 23

São Paulo – SP

CEP: 04547-005

At.: Edison Martins

Tel.: (11) 2199-0219

Fac-símile: (11) 3040-0216

E-mail: edison@galvao.com

Para a Garantidora:

GALVÃO ENGENHARIA S.A.

Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, 2º and.



Handwritten signatures and initials, including a large 'X' and the number '39'.

JUE 30
10 07 12

São Paulo – SP
CEP: 04547-005
At.: Eduardo Carlos Torzecki
Tel.: (11) 2199-0249
Fac-símile: (11) 3040-0217
E-mail: etorzecki@galvao.com

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº. 4.200, Sala 514, Bloco 04
Rio de Janeiro, RJ CEP 22640-102
At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira / Srtª. Nathalia Machado
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br
c/c: juridico@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A. Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar

06029-900 - Osasco – SP

At.: Sr. João Batista de Souza / Fábio da Cruz Tomo

Tel.: (11) 3684-7911 / 11-3684-2852

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br /
4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP S.A – Mercados Organizados:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº. 1663 – 4º andar

São Paulo, SP CEP 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 40.

JUL 18 07 12

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora e/ou da Garantidora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou pela Garantidora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão, a Fiança e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de



Handwritten signatures and the number 41.

JUL 10 2012
18 07 12

Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora, em 6 (seis) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 10 de julho de 2012.

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]

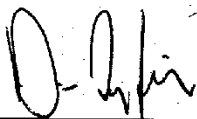


Handwritten signatures and the number 42.

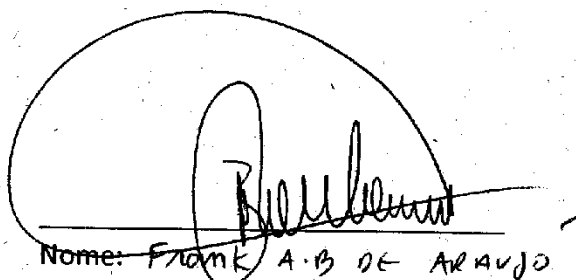
JUL 19 10 07 12

Página 1 (um) de 4 (quatro) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantias Adicionais Fidejussória e Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Galvão Participações S.A.

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome: DANILO DE AGUIAR GALVÃO
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE



Nome: FRANK A.B. DE ARAÚJO
Cargo: DIRETOR CENTRO SOLUÇÕES COM PARTICIPADAS

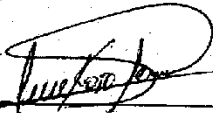


Handwritten initials and a large handwritten 'X' mark.

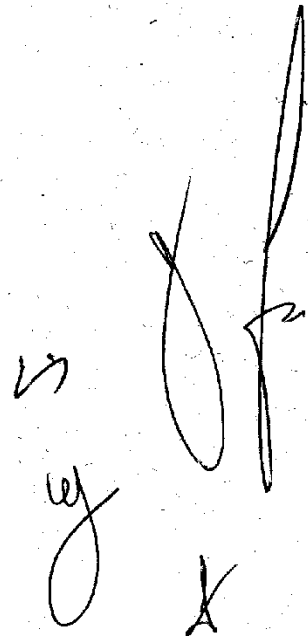
JUCESP
18 07 12

Página 2 (dois) de 4 (quatro) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantias Adicionais Fidejussória e Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Galvão Participações S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



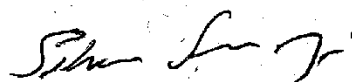
Nome: NILSIMARA O. KOJC FERREIRA
Cargo: PROCURADORA



JUESP
18 07 13

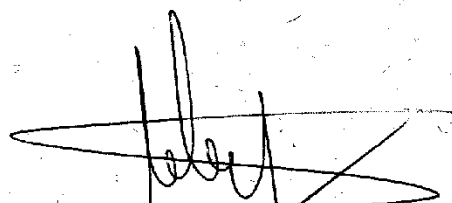
Página 3 (três) de 4 (quatro) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantias Adicionais Fidejussória e Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Galvão Participações S.A.

GALVÃO ENGENHARIA S.A.



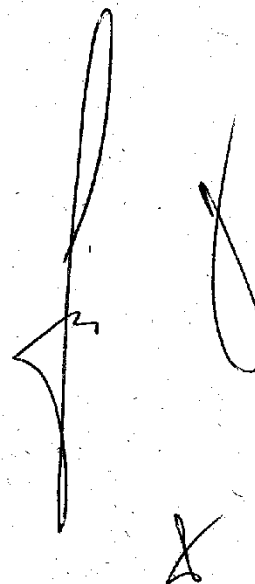
Nome: SILVIMAR F. REIS

Cargo: DIRETOR DE LOGÍSTICA



Nome: SILVANA RODRIGUES DA COSTA

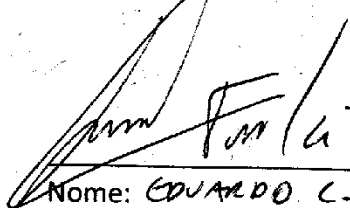
Cargo: DIRETORA ADMINISTRATIVA



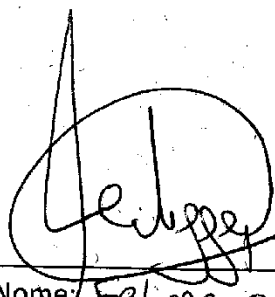
JUCESP
18 07 12

Página 4 (quatro) de 4 (quatro) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantias Adicionais Fidejussória e Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Galvão Participações S.A.

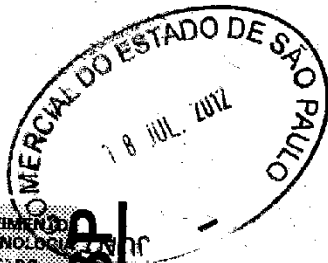
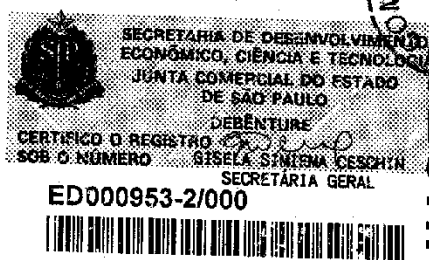
Testemunhas:



Nome: EDUARDO C. TORZECKI
RG: 9059037138-SSP-RS
CPF: 955717550-72



Nome: Felipe Soares Vendo
RG: 24.331.687-2
CPF: 332 602 828-03



JUCESP

